

Emergência Climática e Cidades: o caso das cidades do Rio Grande do Sul face à enchente de 2024



Rodrigo Corradi*

Resumo: Frente à situação enfrentada pelas cidades gaúchas com a enchente de 2024, o artigo relaciona a validade de implementação do modelo de conformidade climática como maneira de preparação para as cidades em condições de eventos extremos climáticos. Ao definir o conceito da conformidade climática e sua implementação territorial, analisa-se seus efeitos e sua forma de ser implementada como base de uma política de base federativa.

Descrever os efeitos da enchente de 2024 no Rio Grande do Sul é um desafio, pois o volume de suas repercussões é expressivo, fazendo-se necessário contextualizar a análise de acordo com o setor atingido.

Se compreendido pela perspectiva de danos produtivos, a partir dos dados da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul – FARSUL, tem-se que 43% das áreas produtivas do estado foram atingidas total ou parcialmente. Os dados da FIERGS (Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul) indicam que 63% das atividades industriais do Rio Grande do Sul foram paralisadas total ou parcialmente por, ao menos, um mês. Pelas estimativas do governo do Estado, a destruição de infraestrutura estaria inicialmente estimada em mais de 75 bilhões de reais, somente de custos patrimoniais vinculados às perdas dos setores produtivos (ESTADO RS, 2024). Estudos estimam que os valores de reconstrução do Estado podem chegar em 175 bilhões de reais, segundo consultoria Bateleur, contratada pela Federação das Entidades Empresariais do Rio Grande do Sul – FEDERASUL (Bateleur, 2024).

A morte de quase 200 pessoas é a expressão máxima das perdas. No que tange às dores continuadas, as milhares de pessoas que ficaram sem

*Secretário Executivo Adjunto do ICLEI - Governos Locais pela Sustentabilidade América do Sul

Palavras-chave: adaptação, cidades, Rio Grande do Sul

suas casas e sem seus meios de manutenção de vida reforçam as perdas de vidas e a perda dos meios de vida. Nesse sentido, a reflexão inicial transita entre o ineditismo do volume do evento climático e a maneira com que esse evento, especialmente sua força e recorrência, nos faz questionar o quanto estamos, enquanto sociedade, preparados para a realidade climática que está à nossa frente. Uma realidade de extremos que nos fará repensar a qualidade de nossas cidades, a maneira com a qual as ocupamos e, necessariamente, as prioridades de investimento.

O foco desta análise é questionar a validade do planejamento climático no nível urbano e como ele pode se apresentar conectado com um evento climático como o ocorrido no Rio Grande do Sul em 2024. Nesse processo, ao combinar relato e análise de processos, é proposto conectar o papel de uma cooperação federativa efetiva e eficiente no combate à emergência climática no Brasil e como essa pode utilizar o caso gaúcho para seu fortalecimento.

Planejar a Ação Climática ainda é necessário?

O Rio Grande do Sul passou por uma concentração de chuvas que nunca havia sido registrada no Estado. Nos primeiros oito dias que sucederam o início das chuvas, em 27 de abril de 2024, em algumas regiões do Estado, houve uma concentração entre 800 e 1000 milímetros de chuva. Como referência, o mês de maio tem como previsão estimada 112 milímetros de pluviosidade para todo o mês.

Essa concentração de chuva não se limitou ao espaço concentrado de poucos vales e serra gaúcha, região já fortemente impactada por fortes chuvas que ocasionaram deslizamentos e inundações entre os meses de setembro e outubro de 2023. Esse volume foi extenso em todos os vales do alto da serra, atingindo os vales dos rios dos Sinos, Taquari, Caí, Pardo, Jacuí e Gravataí.

O impacto, pelos meios comunicantes das águas do Estado, foram pesadamente sentidos no Lago Guaíba e a Laguna dos Patos, tendo efeitos em toda a região metropolitana de Porto Alegre, além das regiões dos vales e da serra, chegando, pelo sistema da laguna, até as cidades de Pelotas e Rio Grande, mais de 600 quilômetros do epicentro das chuvas.

O que esses dados tentam apresentar, assim como as fotos que apoiam esta análise, refere-se a uma destruição difícil de representar. Mais de 600 mil pessoas ficaram desabrigadas. Estima-se que quase 2 milhões de pessoas tenham se deslocado por conta de insegurança de suas casas, falta de serviços básicos ou alimentos no mês no qual as águas estiveram elevadas em todo o Estado. Como efeito direto dos 40 dias de inundação de extensa área das regiões norte e centro de Porto Alegre, 2 mil pessoas ainda seguiam sem moradia até meados de agosto de 2024 (BATELEUR, 2024). O aeroporto internacional de Porto Alegre permaneceu fechado e operando parcialmente na Base Aérea de Canoas há mais de 3 meses,

Foto 1. Porto Alegre, 2024. Aatoria: Joel Vargas.





com previsão de reabertura e retorno a certa normalidade para o final do mês de outubro do presente ano.

Esses são somente alguns dos resultados de um evento de proporções não vistas e não previstas para esse Estado. Alguns questionamentos são necessários depois da concentração de esforços para o resgate imediato durante o desastre: seria possível prever o que aconteceu? Como as cidades poderiam estar mais preparadas? O que aconteceu pode acontecer novamente?

Cabe observar que no sul do Brasil, constatamos que entre os 4 maiores eventos climáticos do Rio Grande do Sul nos últimos 60 anos, 3 ocorreram nos últimos 18 meses.

Se a aceleração é a nova constante, como tentar resolver a questão da preparação das cidades? E por que cidades? As cidades são nossos locus de presença humana, especialmente em uma região tão urbanizada como a América Latina. Atacando os problemas climáticos nas cidades, não estamos somente atacando o espaço global de maiores emissões, mas também o local no qual devemos adaptar para proteger o maior número de pessoas.

Planejar e Agir Frente à Emergência

Experiências mostram que uma boa reação deve vir de um planejamento informado na ciência. Essa é a base de construção da abordagem da Conformidade Climática, um programa de implementação de política climática no território. Esse modelo foi estruturado pelo ICLEI – governos locais pela sustentabilidade, C40 e WRI – World Resources Institute. No Brasil, o ICLEI já implementou mais de 30 programas de Conformidades Climáticas, inseridos na perspectiva (ICLEI, 2024) de uma governança climática local. O processo inicia com uma fase de diagnóstico de mitigação e adaptação climática do território. Para analisar os aspectos referentes à mitigação, deve ser produzido e analisado o inventário de gases de efeito estufa (IGEE). Para a adaptação, deve ser feita a análise de riscos e vulnerabilidade do território.

A partir desses dois exercícios diagnósticos, é possível iniciar a construção do Plano Local de Ação Climática, ou seja, uma política pública que apoie a construção de projetos a serem implementados ao longo do tempo para cumprir metas de mitigação de emissões locais e de adaptação do território aos cenários de fragilidade climática.

No caso do Rio Grande do Sul, nenhuma cidade havia concluído o processo de construção da Conformidade Climática quando chegaram as chuvas de 2024. De todos os 497 municípios do Estado, somente dois tinham, até aquele momento, iniciado esse processo: Porto Alegre e Canoas (primeira e terceira cidades em termos de população, respectivamente).

Ainda que possa trazer aportes importantes para os municípios, é preciso ressaltar que a abordagem da Conformidade Climática tem limitações. Em um sentido conceitual, a construção de um plano que reconheça uma realidade complexa não resolve essa realidade por simplesmente existir. Expressa apenas que os elementos preditivos considerados podem direcionar um caminho de ação; contudo, tal plano não está conectado com uma previsibilidade absoluta. No momento em que modelagens climáticas seguem sendo revisadas, seguramente as técnicas atuais podem identificar os riscos mais conectados a



Foto 2. Porto Alegre, 2024. Autoria: Joel Vargas.

um território, seu desenho de impacto e formas de prevenção; porém, elementos de intensidade estão ainda por ser calibrados, ou não, pela realidade de extremos climáticos cada vez mais frequentes e de maior magnitude.

Ter um diagnóstico e um plano conectado possibilita criar ações estratégicas preditivas que serão benéficas para a adaptação do território aos riscos identificados. Ocorre que, particularmente no contexto brasileiro, há uma questão fundamental: como fazer investimentos estratégicos se os municípios brasileiros possuem pouquíssima capacidade de investimento?

Apesar de possuírem responsabilidades nas áreas de saúde, educação básica, assistência social, mobilidade urbana, entre outras, as Prefeituras brasileiras arrecadam não mais de 18% dos impostos do país. Dessa forma, com exceção das grandes capitais ou cidades sedes de regiões metropolitanas, grandes investimentos acabam, em regra, sendo direcionados por programas oriundos da União ou dos Estados.

Essa realidade está clara tanto pelo número reduzido de cidades que possuem Plano Local de Ação Climática (ICLE, 2024), como pelas dificuldades de investimento que os municípios têm para executar as ações preconizadas por esse e outros planos e projetos que endereçam importantes aspectos relacionados à questão climática.



Foto 3. Porto Alegre, 2024. Autoria: Joel Vargas.

Nesse sentido, cabe destacar a necessidade de uma ação, verdadeiramente, federativa sobre a pauta climática. Os efeitos cada vez mais candentes das mudanças climáticas ocorrem onde se concentra a maior parte da população. As enchentes no Rio Grande do Sul apontam que as perdas materiais, e acima de tudo, de vidas, criam mazelas e marcas que são intransponíveis pelas pessoas que recebem esse impacto.

Esperar que somente com recursos municipais seja possível realizar o diagnóstico e implementação de projetos estruturantes que preparem as cidades para situações extremas é não encaminhar a situação conforme a realidade. Uma ação estratégica demanda aporte de investimentos que alinhem a união, estados e municípios.

Por parte do atual governo federal parece haver interesse nesse caminho de ação federativa. O programa AdaptaCidade, que propõe entregar planos de adaptação climática, em conformidade com a abordagem da Conformidade Climática, para 10 cidades por cada estado da federação, sinaliza um endereçamento importante para a emergência climática no contexto brasileiro.

Cabe também citar o programa Cidades Verdes Resilientes. Liderado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança Climática, em coordenação com o Ministério das Cidades e com o Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação. O Programa se insere em um esforço diagnóstico de planeja-

mento sistêmico na agenda de construção de ações coordenadas entre os processos de articulação nas políticas de gestão ambiental entre união, estados e municípios, criando um diagnóstico de ações necessárias e criando articulações para implementação.

Contudo, é preciso avançar na criação de um espaço efetivo de coordenação entre os planos municipais e o incentivo à constituição de planos estaduais. A construção de articulação entre os atores é fundamental, mas somente com um processo de efetiva coordenação federativa, que incentive um planejamento coordenado e um caminho transparente de escala de investimento de infraestrutura local dedicada a uma agenda de adaptação resiliente ao território, que as conversas sobre a pauta de adaptação poderão avançar, realmente, nos territórios que tanto precisam de soluções para um presente e futuro tortuosos que temos pela frente.

Referências

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório Inicial da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul à Comissão Finanças, Planejamento Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. 2024. Disponível em: <https://www.estado.rs.gov.br/na-assembleia-fazenda-apresenta-balanco-do-impacto-das-enchentes-na-economia-e-nas-financas-do-estado#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20levantamento,cerca%20de%20R%24%2075%20bilh%C3%B5es>. Acesso em 22 de jul. 2024.

BETALEUR – Relatório Macro Impactos Econômicos das Enchentes no Rio Grande do Sul. 2024. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2024/05/estudo-grupo-bateleur-estimativas-investimento-rs-enchente.pdf> Acesso em 3 de ago. 2024.

ICLEI – America do Sul. Listagem de Projetos. 2024. Disponível em: <https://americadosul.iclei.org/biblioteca/> Acesso em 22 de jul. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Documentos Temáticos da Habitat III: 16 – Ecossistemas urbanos e gestão de recursos. 2015. Disponível em: <https://goo.gl/ag67Hz>

